



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

INFORMAÇÕES ACERCA DO EDITAL,

A empresa que retirar o Edital, deverá enviar ofício a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista. Fax (xx18 3361-9109) ou via e-mail licitacao@eparaguacu.sp.gov.br

(MODELO RECIBO)

PREGÃO Nº 010/2019

Contratação de serviço de transporte, para alunos da zona rural de Paraguaçu Paulista.

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

FONE:

FAX:

DATA:

NOME:

RUBRICA

E-MAIL:

Obs.: Este recibo deverá ser preenchido e encaminhado, para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário, sob pena de não nos responsabilizarmos por eventuais prejuízos decorrentes da impossibilidade de comunicação por quaisquer alterações que se fizerem necessárias neste Edital.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

PREÂMBULO

PREGÃO (PRESENCIAL) nº 010/2019

PROCESSO nº 011/2019

EDITAL nº 010/2019

DATA DA REALIZAÇÃO: 25/01/2019

HORÁRIO: a partir das 09:00 horas

A Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, com sede à Avenida Siqueira Campos, nº 1.430, **T O R N A P Ú B L I C O** que acha-se aberta no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, licitação na modalidade **PREGÃO 010/2019 PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO, POR KM RODADO/LINHA** – (Processo nº 011/2019), objetivando a **Contratação de serviço de transporte, para alunos da zona rural de Paraguaçu Paulista**, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.536, de 25 de novembro de 2005, Portaria n.º 9.265, 30 de novembro de 2006, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizadas pelas Leis nºs 8.883 de 08 de junho de 1994, 9.032 de 28 de abril de 1995 e alterações da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998. O Edital na íntegra poderá ser obtido no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Polidoro Simões, 533.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação, serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do pregão será realizada na sala de reuniões da antiga escola Vail Justiniano Toledo, Divisão de Licitações, localizada na Rua Polidoro Simões Nº 533, iniciando-se no dia **25/01/2019, às 09:00 horas** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

I - DO OBJETO

1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço de transporte, para alunos da zona rural de Paraguaçu Paulista, conforme especificações constantes no anexo I, com descrição precisa, clara, concisa e objetiva, observadas.

JUSTIFICATIVA: A presente contratação é necessária devido à municipalidade não dispões de frota e de motoristas em seu quadro de funcionários em número suficiente para atender toda demanda, dos alunos da zona rural. Desse modo, faz-se indispensável a atual contratação, posto que os veículos a serem contratados serão disponibilizados de forma exclusiva, para o transporte destes alunos.

II - DA PARTICIPAÇÃO:

1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital.

2 - Não será admitida a participação na presente licitação de empresas se encontrem em uma ou mais das seguintes situações:

2.1 - Consórcios, apresentadas na forma de consórcios, agrupamentos, associações, cooperativas ou parceiras;

2.2. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista;

2.3. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

2.4. Empresas das quais participe, seja a que título for servidor público municipal de Paraguaçu Paulista.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

III - DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Pessoa Jurídica

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a" supra, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

Pessoa Física

a) Cópia autenticada do RG

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, indicado na alínea "a" supra.

2 - O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

3 - Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4 - Para obter os benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá estar expressa no documento apresentado em cumprimento no item III, alínea "a", pessoa Jurídica, deste edital, nos termos do disposto no artigo 72 da referida Lei Complementar n.º 123/06.

4.1 - para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei 19.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresa Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da lei complementar nº 123/06.

4.2 - ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadra nos termos do artigo 3º da lei Complementar nº 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I e X do §4º do artigo 3º da lei Complementar nº 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeito o infrator às penalidades previstas no artigo 93 da lei n.º 8.666/93.

5 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, impossibilitará a participação da licitante neste pregão para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no **anexo II** ao edital deverá ser apresentada fora dos envelopes nºs 1 e 2.

2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA
NOME DO PROPONENTE:**



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

PREGÃO Nº 010/2019

PROCESSO Nº 011/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

NOME DO PROPONENTE:

PREGÃO Nº 010/2019

PROCESSO Nº 011/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

3 – A proposta deverá ser elaborada conforme modelo anexo VI, redigida em língua portuguesa, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se cópia da procuração.

4 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

1.1 - Número da linha,

1.2 – Preço por quilometro rodado, para veículos tipo “perua ou van”

1.3 - Validade da proposta, não inferior a **60 (sessenta) dias**,

1.4 - A forma de pagamento será mensal, mediante a apresentação do laudo, contendo número de viagens efetuadas, quilometragem rodada no período, devidamente atestado pelo Departamento Municipal de Educação,

1.5 - O pagamento será efetuado, **mensalmente no dia 10 de cada mês**,

1.6 – Prazo de execução: **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, nos termos do item II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

1.7 – O preço contratado será reajustado anualmente, conforme a variação do IPC-A (IBGE) do período.

2 - Não serão levada em consideração qualquer oferta que não se enquadre nas especificações exigidas,

3 - Licitante “pessoa física” poderá concorrer em apenas uma linha, sendo desclassificada sumariamente da licitação aquela que apresentar proposta em desacordo com tal item.

4 - Licitante “pessoa jurídica” poderá concorrer em todas as linhas, objeto desta licitação.

5 - As propostas que forem apresentadas com preços manifestamente inexequíveis ou alvitrante serão consideradas desclassificadas a teor da regra imposta no inciso II do art. 48 da Lei 8.666/93.

6 - Os percursos básicos de cada linha, pode haver variação no sentido de se aumentar ou diminuir a quilometragem, podendo ser extinta, caso se conclua ser a mesma desnecessária, dependendo do caso.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

1 - habilitação Jurídica

1 - Pessoa Física

a) Cédula de Identidade

1.2 - Pessoa Jurídica

a) Registro comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e etc.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

2 - Regularidade Fiscal

2.1 - Pessoa Física

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante, na qual comprove sua condição de contribuinte municipal autônomo.

2.2 - Pessoa Jurídica

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certidões de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários) da sede da licitante.
- c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- d) Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão de regularidade com a **Secretaria da Receita Federal** e a **Procuradoria da Fazenda Nacional** (inclusive Seguridade Social)
- f) Certidão de regularidade **Trabalhista perante a Justiça do Trabalho**.

3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1 - Pessoa Física

- a) Declaração assinada pelo licitante, declarando ter conhecimento das condições para a execução do objeto desta licitação.

3.2 - Pessoa Jurídica

- a) Declaração assinada por responsável da empresa licitante, declarando ter conhecimento das condições para a execução do objeto desta licitação.

4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO E FINANCEIRA

4.1 - Pessoa Física

- a) Certidão negativa de execução patrimonial em vigor, expedida no domicílio da pessoa física.

4.2 - Pessoa Jurídica.

- a) - Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; ou
- b) - Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Obs. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (**ANEXO III**);
- b) Declaração que aceita as condições estabelecidas no Edital do Pregão nº 010/2019, (**Anexo IV**).
- c) Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, conforme (**Anexo VI**).
- d) **Declaração para o caso de empresas em recuperação judicial:** está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

recuperação judicial está sendo cumprido;

e) Declaração para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

6– DA HABILITAÇÃO DAS MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 1 As microempresas e empresas de pequeno porte que fizeram jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, e, pretendam exercer os direitos decorrentes dos referidos benefícios quanto à habilitação, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 2 Constatada por meio da análise que uma ou algumas das participantes é empresa de pequeno porte ou microempresa e verificação que há restrições no que diz respeito à regularidade fiscal exigida no edital, essa, ou essas empresas, serão admitidas a prosseguir no certame em igualdade de condições com as demais licitantes.

7 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 6 (seis) meses anteriores à data de apresentação das propostas.

VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

1 - No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, **com duração mínima de 10 (dez) minutos.**

2 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

2.1 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes.

3.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como correto o preço Km rodado. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

3.2 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

f) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

4.1 – Para efeito de seleção será considerado o **menor preço km/Linha.**



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

5.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de **R\$ 0,01 (um centavo) de real**, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.1 – Encerrada a etapa de lances, serão ordenados as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado, elegendo a detentora do menor preço como sendo a mais bem classificada.

7.2 – Com base nessa classificação (item 7.1), será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos deste edital, preferência à contratação, nos termos da lei Complementar nº 123/06, observadas as seguintes regras:

7.2.1 O Pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada para apresentar preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 3 (três) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

7.2.1.1 – A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 7.2.1.

7.3 – Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no item 7.2.1.

7.4 – Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o 7.1, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

7.5 – Caso a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, selecionada para exercer o direito de preferência a que se refere o item 7.2.1, não esteja representada na sessão de realização do pregão, o Pregoeiro considerará o fato como desistência do exercício do direito de preferência por parte da referida licitante, seguido, desde logo, o procedimento contido do item 7.2.1 retro.

7.6 – Não havendo redução das propostas por parte das microempresas e empresas de pequeno porte, será mantida a classificação das propostas, passando-se desde logo à negociação do preço, com a licitante melhor classificada originalmente.

8 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

9 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

11 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12 - Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

13 – Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos deste edital, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no item IV e subitens deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

14 – A licitante habilitada nas condições do item 13 retro, deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.1 – A comprovação de que trata o item 14 retro deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 5



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

(cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período a critério da Administração.

14.2 – A não regularização da documentação, no prazo acima, implicará na decadência do direito à contratação, e na possibilidade de aplicação das sanções estabelecidas na XII deste edital.

VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

5 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 - A adjudicação será feita por linha, direto pelo pregoeiro

IX - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1 - O objeto desta licitação deverá ser executado no transporte de alunos, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato, em conformidade com o estabelecido no edital.

X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

1 – O recebimento será mensal, mediante a apresentação do laudo, contendo número de viagens efetuadas, quilometragem rodada no período, devidamente atestado pelo Departamento Municipal de Educação.

XI - DOS PAGAMENTOS

1 - Pagamento será efetuado, **mensalmente, até 10 (dez) dias do recebimento dos serviços,**

2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 1 deste item XI começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

3 - O pagamento será feito mediante depósito em conta nominal, mediante informação do nº agência, banco e conta corrente.

XII - DA CONTRATAÇÃO

1 - A LICITANTE ARREMATANTE DEVERÁ apresentar, no **PRAZO MÁXIMO de 5 (cinco) dias**, a contar do encerramento da sessão, em original ou por processo de cópia autenticada em cartório ou por servidor da Divisão de Licitações, mediante a apresentação do documento original, os seguintes documentos abaixo discriminados:

1.1 - Pessoa Física

a) Certidão negativa do Registro de Distribuição Criminal, da sede da licitante, relativo a crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores.

b) Certidão da qual conste não ter cometido nenhuma infração gravíssima nos últimos 12 meses.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

- c) Apresentar documento do veículo em nome do licitante ou comprovante de posse dos mesmos para prestação dos referidos serviços, **com capacidade mínima de 9 lugares, apto a realização dos serviços de transporte de alunos, com ano de fabricação a partir de 2.012**, no caso de veículo tipo “perua ou van, adaptados consoante dispõe o artigo 136 do Código Nacional de Transito, devidamente licenciado.
- d) Laudo de vistoria do veículo, em plena validade, acompanhada da Carteira de Autorização de Transporte Escolar do veículo, expedida pelo Ciretran, conforme portaria nº 503 de 19/03/2009 do DETRAN,
- e) Carteira de habilitação profissional de no mínimo letra ‘D’, em plena validade.
- f) Certificado de Transporte Escolar, em plena validade ou declaração do órgão responsável de que o condutor realizou o curso e está aguardando a emissão da mesma.
- g) Comprovante de seguro do veículo, com cobertura de acidentes pessoais por passageiro de no mínimo R\$ 20.000,00 (vinte mil) reais por morte e R\$ 20.000,00 (vinte mil) reais por invalidez permanente.

1.2 - Pessoa Jurídica

- a) Certidão negativa do Registro de Distribuição Criminal, do motorista indicado pela licitante, relativo a crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores.
- b) Certidão da qual conste que o motorista indicado, não cometeu nenhuma infração gravíssima nos últimos 12 meses.
- c) Apresentar documento (s) do (s) veículo (s) em nome do licitante ou comprovante de posse do mesmo para prestação dos referidos serviços, **com capacidade mínima de 9 lugares, apto a realização dos serviços de transportes de aluno, com ano de fabricação a partir de 2.012**, no caso de veículo tipo “perua ou van, adaptados consoante dispõe o artigo 136 do Código Nacional de Transito, devidamente licenciado.
- d) Laudo de vistoria do veículo, em plena validade, acompanhada da Carteira de Autorização de Transporte Escolar do veículo, expedida pelo Ciretran, conforme portaria nº 503 de 19/03/2009 do DETRAN,
- e) Carteira de habilitação profissional de no mínimo letra ‘D’ em plena validade.
- f) Certificado de Transporte Escolar, em plena validade ou declaração do órgão responsável de que o condutor realizou o curso e está aguardando a emissão da mesma.
- g) Comprovante de seguro dos veículos, com cobertura de acidentes pessoais por passageiro de no mínimo R\$ 20.000,00 (vinte mil) reais por morte e R\$ 20.000,00 (vinte mil) reais por invalidez permanente.

2- A Licitante Arrematante poder á optar em apresentar toda a documentação mencionada no item 1, na própria sessão de processamento do Pregão dentro do envelope nº 02 “ DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, caso assim preferir.

3- Caso os documentos exigidos no item 1, sejam apresentados pela Licitante Arrematante na própria sessão, e estes estiver em desconformidade com o presente Edital, a mesma DEVERÁ apresentar tais documentos devidamente regularizados no PRAZO MÁXIMO de 5 (cinco) dias , de acordo com o item 1 deste Edital.

4- Se os documentos exigidos no item 1 serem encaminhados fora do prazo de 5 (cinco) dias úteis ou estiver em desconformidade com o presente Edital, a Licitante Arrematante será INABILITADA.

4.1 – No caso de inabilitação do licitante classificado em 1º lugar, será convocado os demais licitantes por ordem de classificação, onde será concedido o PRAZO MÁXIMO de 5 (cinco) dias para apresentação dos documentos, nos mesmos critérios dos itens anteriores.

4.3 - A não apresentação dos documentos, poderá ser aplicado pena de suspensão, sem prejuízo das multas previstas no edital, conforme disposto no Artigo 7º da Lei 10.520/02 e desclassificação imediata do licitante.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

5 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este edital como anexo V.

5.1 - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

5.2 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XII, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

6 - A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao Departamento de Compras e Licitações para assinar o termo de contrato.

7 - Quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 1.1 deste item XII, ou se recusar a celebrar a contratação, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

XIII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Estado de São Paulo pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada subsidiariamente as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, garantido o exercício de prévio e ampla defesa.

3 - Pelo descumprimento das condições estabelecidas na proposta, a contratada fica sujeita às seguintes penalidades:

a) Pelo atraso injustificado para início dos serviços:

Até 30 (trinta) dias corridos, multa de 0,5% (meio por cento), sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

Superior a 30 (trinta) dias corridos, multa de 1 % (um por cento), sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

b) Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do objeto não entregue;

XIV - DA GARANTIA CONTRATUAL

1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

XV – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1 - As despesas decorrentes da presente licitação estão previstas em recursos próprios e onerarão as seguintes dotações orçamentárias:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA
166	Outros Serviços Pessoa
167	Outros Serviços Pessoa
162	Outros Serviços Pessoa
163	Outros Serviços Pessoa
168	Outros Serviços Pessoa
191	Outros Serviços Pessoa
207	Outros Serviços Pessoa



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

XVI DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração, cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

1.1- Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

2.1 - As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

2.2 - Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

2.3 - O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão publicados no DOE.

5 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão à disposição para retirada, durante 30 dias após assinatura do contrato, findos os quais poderão ser destruídos.

6 - Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

6.1 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do edital, que decidirá no prazo de até 1 (um) dia útil.

6.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

7 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

8 - Fica reservado a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, o direito de anular ou revogar o presente Pregão sem que assista aos licitantes direito de reembolso ou indenização, se lhe for conveniente.

9 - Integram o presente Edital os Anexos:

Anexo I – Relação das linhas.

Anexo II – Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de habilitação;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

Anexo III – Declaração de Inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com administração;

Anexo IV – Declaração de Aceita as condições estabelecidas no Edital de Pregão;

Anexo V- Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Anexo VI – Minuta do Contrato.

Anexo VII – Modelo de Proposta

Anexo VIII – Declaração de ME e EPP

10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Estancia Turística de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Estancia Turística de Paraguaçu Paulista, 11 de janeiro de 2019.

Almira Ribas Garms
Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

ANEXO I

RELAÇÃO DAS LINHAS

LINHA	UN	QUANT Anual	DESCRIÇÃO
1	KM	43.560	Transporte de alunos da zona rural, com veículo tipo perua ou van – (Cocal A), manhã, sendo 198 km dia.
2	KM	32.340	Transporte de alunos da zona rural, com veículo tipo perua ou van – (Roseta-Água da Cabiúna/Roseta), manhã e noite, sendo 147 km dia.
3	KM	66.880	Transporte de alunos da zona rural, com veículo tipo perua ou van – (Água Grande/Entroncamento A/Cocal), manhã e tarde, sendo 304 km dia.
4	KM	80.520	Transporte de alunos da zona rural, com veículo tipo perua ou van (Matusalém/Entroncamento), manhã e tarde, sendo 366 km dia
5	KM	35.200	Transporte de alunos da zona rural, com veículo tipo perua ou van (Brumado), manhã, sendo 160 km dia
6	KM	30.800	Transporte de alunos da zona rural, com veículo tipo perua ou van (Cardoso A), manhã, sendo 140 km dia.
7	KM	56.320	Transporte de alunos da zona rural, com veículo tipo perua ou van (Mombuca/Brejão) manhã e tarde, sendo 256 km dia
8	KM	43.560	Transporte de alunos da zona rural, com veículo tipo perua ou van – (São Matheus/Entrocamento), noite, sendo 198 km dia.

- A quilometragem das linhas acima citadas poderá sofrer acréscimo ou redução, tão logo seja iniciado o ano letivo, pois será o período em que ocorrerá a medição da mesma.
- A existência das linhas está condicionada ao número de aluno que utiliza o transporte, podendo ser extinta ou ampliada.
- Na existência de aluno do 6º ano da rede estadual de ensino, será obrigatória a presença de monitor no veículo que realiza o transporte escolar, conforme Resolução SE-27, de 09/05/2011 (em Anexo)
- É obrigatório que o proprietário do veículo, apresente junto aos documentos necessários para participar do processo de licitação, a Carteira de Autorização de Transporte Escolar, expedida pelo Ciretran, conforme Portaria nº 503 de 19/03/2009 do DETRAN.

- Detalhes das linhas em anexo



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

ANEXO II

(modelo para pessoa jurídica e física)

“DECLARAÇÃO”

Eu, _____ (nome) _____,
representante legal da empresa _____, CNPJ: _____,
interessada em participar no Processo Licitatório (Pregão nº .../2019), da Prefeitura Municipal da Estância
Turística de Paraguaçu Paulista, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que demos pleno atendimento aos
requisitos de habilitação.

Local e data.

Nome, RG e do Representante Legal
(com carimbo da empresa)



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

“ANEXO III” (modelo para pessoa jurídica e física)

“DECLARAÇÃO”

Eu, _____ nome _____ completo),
CPF: _____ representante legal da empresa
_____, CNPJ _____, interessada em participar
no Processo Licitatório (Pregão nº/2019), da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu
Paulista, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que, inexistente impedimento legal contra a firma
_____ para licitar ou contratar com a Administração

Local e data.

Contratada

Nome, RG. – representante legal

(carimbo da empresa)



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

“ANEXO IV” (modelo para pessoa jurídica e física)

“DECLARAÇÃO”

Eu, _____ (nome completo),
CPF: _____ representante legal da empresa
_____, CNPJ _____, interessada em participar
no Processo Licitatório (Pregão nº/2019), da Prefeitura Municipal da Estância Turística e Paraguaçu
Paulista, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que, aceito as condições do Pregão nº/2019

Local e data.

Contratada

Nome, RG. – representante legal

(carimbo da empresa)



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

ANEXO V

DECLARAÇÃO

A empresa _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na Rua _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representado por _____, DECLARA, para devido fins, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Paraguaçu Paulista, dede 2.019.

Empresa

Nome, RG. – representante legal

(carimbo da empresa)



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo

ANEXO VI **MINUTA DE CONTRATO** **TERMO CONTRATO Nº _____ 2019**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA, E O LICITANTE _____, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, PARA ALUNOS DA ZONA RURAL DE PARAGUAÇU PAULISTA, (PREGÃO Nº/2019).

Por este instrumento particular, de um lado, a **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**, pessoa jurídica de direito público, com sede a Av. Siqueira Campos nº1.430, inscrita no CNPJ sob o nº44.547.305/0001-93, representada neste ato pela **Sra. Almira Ribas Garms**, residente à Av. Paraguaçu, n.º 784, Centro, portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 5.878.173-0 e do CPF n.º 110.722.998-79, de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, com sede na _____, n.º _____, na cidade de _____, no estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, inscrição Estadual n.º _____, neste ato representado por seu representante _____, portador da cédula de identidade n.º _____, e do CPF n.º _____, doravante simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e acordado celebrar o presente termo de Contrato lavrado nos autos do Processo n.º/2019, **PREGÃO Nº/2019**, objetivando a **Contratação de serviço de transporte, para alunos da zona rural de Paraguaçu Paulista**, sujeitando-se as partes ao estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.536, de 25 de novembro de 2005, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizadas pelas Leis nºs 8.883 de 08 de junho de 1994, 9.032 de 28 de abril de 1995 e alterações da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

CLÁUSULA I - DA DENOMINAÇÃO

1.1 - A Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, representada pelo prefeito, já qualificado no Preâmbulo deste instrumento contratual, será denominado de **CONTRATANTE** e _____, que prestará o serviço, na forma prevista neste instrumento contratual, será denominado de **CONTRATADA**.

CLÁUSULA II - DO OBJETO

2.1 - O presente instrumento tem por objetivo a prestação de serviço, para transporte de alunos da zona rural de Paraguaçu Paulista, conforme especificado no anexo I.

linha	KM estimada	Preço Km	Preço total
-------	-------------	----------	-------------

CLÁUSULA III - DO VEÍCULO UTILIZADO

3.1 - Para a prestação dos serviços ora contratado o CONTRATADO sob nenhum pretexto deverá utilizar para o transporte, veículo que não sejam construído para tal fim e que deixem de oferecer condições de conforto e segurança aos usuários, o veículo deverá estar em ótimo estado de conservação, equipamentos obrigatórios pör Lei e pneus em boas condições, caso haja necessidade de substituição do veículo em questão, por motivo de força maior, esta deverá em tempo hábil providenciar outro veículo em iguais condições ou superior, porem nunca inferior ao constante desta cláusula, sendo que deverá ser feita a comunicação imediata à CONTRATANTE.

CLÁUSULA IV - CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao CONTRATADO de forma mensal, até 10 dias após recebimento dos serviços, mediante a apresentação de laudo contendo número de quilometragem rodada no período, devidamente atestado pelo Departamento Municipal de Educação.

CLAUSULA V - DO REAJUSTE

5.1 – O preço contratado será reajustado anualmente, conforme a variação do IPC-A (IBGE) do período.

CLAUSULA VI - DA EXECUÇÃO

6.1 - Prazo de execução: **até/2019**, com início, após recebimento da ordem de serviço podendo ser prorrogado, nos termos do item II do artigo 57 da Lei 8.666/93.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

6.2 - No preço avençado, encontram-se incluídos todos os encargos e despesas decorrentes da execução dos serviços, em especial o custo do combustível, peças de reposição, manutenção geral do veículo, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, seguros e licenciamentos de veículos, bem como outras despesas e custos diretos ou indiretos decorrentes, que correrão por conta exclusiva do CONTRATADO.

CLÁUSULA VII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E VALOR GLOBAL

7.1 - O valor global estimativo do presente contrato é de R\$(.....) e que irá onerar a seguinte dotação orçamentaria:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA
166	Outros Serviços Pessoa
167	Outros Serviços Pessoa
162	Outros Serviços Pessoa
163	Outros Serviços Pessoa
168	Outros Serviços Pessoa
191	Outros Serviços Pessoa
208	Outros Serviços Pessoa

CLÁUSULA VIII - DAS MULTAS E PENALIDADES

8.1 - PAGAMENTO EM ATRASO

Em caso de ocorrer pagamento com atraso, haverá a incidência de juros de mora de 0,01% ao dia sobre o montante devido, sem prejuízo da correção monetária.

8.2 - RESPONSABILIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial de contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, garantida a defesa previa, as seguintes penalidades, em conformidade com o disposto no artigo 87 e parágrafo da Lei 8.666/93 alterada pela Lei n.º 8.883/94.

I - ADVERTÊNCIA.

II - MULTA, fixada em dez por cento do valor da contratação, considerado para tal efeito que o objeto tenha sido integralmente fornecido.

III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida, sempre que a contratada ressarcir a Administração, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada no inciso anterior.

8.3 - **O CONTRATADO** será civil e criminalmente responsável por qualquer acidente ou danos aos usuários, na execução do serviço contratado, inclusive pagamento de indenização devidas.

CLÁUSULA IX - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais previstas em lei e elencadas no item 8.1 desta cláusula.

9.2 - Constituem motivos para rescisão do contrato os motivos explicitados no artigo 78 e na forma prevista pelo artigo 79 da Lei Federal 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94.

9.3 - Além das prevista no art. 78 da Lei de Licitação:

- Comprovar o recebimento de qualquer remuneração advinda de alunos beneficiados pelo transporte.
- Comprovação de imperícia, negligência ou imprudência por parte do Contratado, na execução do objeto contratual.
- Não renovação de autorização especial expedida pela CIRETRAN.
- Transporte de pessoas estranhas não cadastradas pela Departamento de Educação.
- Transferir total ou parcialmente os serviços objetos desta licitação.
- Ter a CNH suspensa por mais de 30 (trinta) dias por infração de trânsito.

CLAUSULA X – VIGÊNCIA

10.1 - O presente contrato terá vigência **até 12 (doze) meses**, com início, após o recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, nos termos do item II do artigo 57 da Lei 8.666/93,



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

CLÁUSULA XI - CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - Os casos omissos neste instrumento bem como a execução deste contrato serão regulados conforme princípios jurídicos aplicáveis à espécie e especialmente pelas Leis Federal 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94.

11.2 - O CONTRATADO deverá manter a plena execução deste contrato, todas as condições de qualificação apresentadas por ocasião do procedimento licitatório sob a pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas neste contrato e legislação vigente.

11.3 - Reconhece, neste ato, a Administração, os direitos de rescisão, conforme artigo 77 da Lei de Licitações.

11.4 - A CONTRATANTE reserva-se no direito de, a seu critério e através do Departamento Municipal de Educação, exercer ampla e irrestrita fiscalização dos serviços ora contratados, sem prejuízo da obrigação do CONTRATADO de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.5 - A CONTRATADA se obriga a prestar o serviço apenas em transportar alunos para o Departamento Municipal de Educação.

11.6 - O descumprimento total ou parcial das obrigações ora estabelecidas, sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações constantes na Lei Federal n.º 8.883/94, garantida a prévia e ampla defesa através do processo administrativo.

11.7 - O CONTRATADO se obriga a obedecer aos horários estabelecidos pelo Departamento Municipal de Educação. A Prefeitura poderá efetuar o cancelamento de qualquer linha, sem direito a indenização, caso se considerar a sua desnecessidade.

12.1 - São obrigações da Prefeitura:

12.1.1 - Estabelecer os pontos de parada, chegada e saída de cada linha.

12.2 - São obrigações do contratado:

12.2.1 - Efetuar o transporte somente das pessoas cadastradas e autorizadas pelo Departamento de Educação.

12.2.2 - Comunicar a mudança ou desistência de alunos, dentro do prazo máximo de 24 horas.

12.2.3 - Identificação, com faixa amarela de 30 cm de largura por 1,60 cm de comprimento, nela contendo o dizer: **ESCOLAR**.

12.2.4 - Abaixo da faixa amarela em letras de tamanho 4 vezes menores, os dizeres: **a Serviço da Prefeitura nos dias letivos;**

12.2.5 - Manter o veículo bom estado de conservação e limpeza.

12.2.6 - O Proprietário do veículo contratado, deverá utilizar calça comprida e camisa, não será permitido dirigir em serviço de bermuda, camisa regata e chinelo.

12.2.7 - O proprietário do veículo contratado deverá utilizar uma identificação a ser fornecida pela contratante.

12.2.8 - Assinar ponto na chegada dos alunos no Departamento de Educação.

- Cumprir rigorosamente o itinerário em anexo.

12.2.9 - Buscar os alunos na porta da casa, sendo de responsabilidade do motorista contratado a abertura e fechamento de porteiros e colchetes,

13 - A contratante poderá rescindir o contrato quando houver reclamações dos alunos desde que comprovada as razões do mesmo.

14 - Somente será permitida carona com autorização do Departamento de Educação, salvo motivo justo.

15.1 - Só será permitido embarque dos alunos no mesmo estabelecimento de ensino aonde ele desembarcou.

15.2 - O licitante deverá possuir disponibilidade mínima de 1 (um) veículo reserva, no caso de quebra.

15.3 - Por motivos de força maior, onde o motorista indicado ou contratado, não estiver condições de realizar o transporte, deverá ser substituído por outro, com as mesmas qualificações, ou seja, carteira de habilitação com letra mínima D e curso de transporte escolar em plena validade.

16 - Na existência de aluno do 6º ano da rede estadual de ensino, será obrigatório a presença de monitor no veículo que realiza o transporte escolar, conforme Resolução SE-27, de 09/05/2011.

16.1 - Caso haja aluno do 6º ano, será acrescido mensalmente no valor da linha contratada, um salário mínimo.

XII - DO FORO

16.1 - Será competente o Foro da Comarca de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, para dirimir



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

quaisquer pendências desta contratação e instrumento pertinente, com a exclusão de qualquer outro. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento contratual, o qual faz parte integrante a proposta do CONTRATADO, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente Contrato em 03 (três) vias de igual efeito e teor na presença de duas testemunhas abaixo indicadas.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, de de 2019.

Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista - CONTRATANTE

Almira Ribas Garms

Prefeita Municipal

..... - CONTRATADO

.....

TESTEMUNHAS:

A)

R.G.

B).....

R.G.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____
ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- 1 - O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- 2 - Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- 3 - além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- 4 - Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Advogado:

(*) **Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.**



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

ANEXO VII

(MODELO)
(pessoa jurídica e física)

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

(Papel timbrado do Concorrente)

Nome do Proponente:

Razão Social

Endereço:

Telefone:

Agência Bancária:

CNPJ

CEP:

E-mail institucional:

Agência:

I.E.

Cidade:

E-mail pessoal:

Conta Corrente:

REF.: PREGÃO (PRESENCIAL) N.º .../2019

_____ de _____ de 2019.

Prezados Senhores,

(Empresa), com sede na cidade de _____ à Rua _____, n.º _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, portador do CPF n.º _____ e RG n.º _____, abaixo assinado propõe à PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA a **Contratação de serviço de transporte, para alunos da zona rural de Paraguaçu Paulista**, conforme descritos no Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

2.1.1 – Numero da linha,

2.1.2 – Preço por quilometro rodado,

2.1.3 – Validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias,

2.1.4 - A forma de pagamento será mensal, mediante a apresentação do laudo, contendo número de viagens efetuadas, quilometragem rodada no período, devidamente atestado pelo Departamento Municipal de Educação,

2.1.5 - O pagamento será efetuado, mensalmente, até 10 dias após recebimento dos serviços.

2.1.6 - Prazo de execução: **12 (doze) meses**, com inicio, após recebimento da ordem de serviço podendo ser prorrogado, nos termos do item II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

Atenciosamente,

Nome e Assinatura do Responsável Legal



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

*Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco - CEP. 19.700-000 - Fone: (18) 3361-9100
CNPJ 44.547.305/0001-93 - Estância Turística de Paraguaçu Paulista - Estado de São Paulo*

A N E X O VIII

“DECLARAÇÃO DE ME E EPP”

A empresa _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na Rua _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representado por _____, DECLARA, para fins que se enquadra como microempresa utilizando dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data.

Empresa

Nome, RG. – representante legal

(carimbo da empresa)